



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de março de 2024

Índice das Informações Trimestrais

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	4
Informações Trimestrais	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Relação dos Administradores	35
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 31 de março de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Evento Societário

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.334 milhões em 31 de março de 2024, apresentando aumento de 4,7% em relação a R\$1.274 milhões em 31 de dezembro de 2023. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de março de 2024 foi de R\$46 milhões (31/03/23 - R\$39 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2024, os ativos totais atingiram R\$11.152 milhões (31/12/2023 - R\$11.446 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$ 8.248 milhões (31/12/2023 - R\$8.322 milhões).

Em 31 de março de 2024, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.532 milhões (31/12/2023 - R\$2.641 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$6.507 milhões (31/12/2023 - R\$6.650 milhões).

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

Ausência de progresso na regulamentação da reforma tributária aprovada ao final de 2023, acompanhada de desempenho robusto da arrecadação tributária nos primeiros meses do ano.

A cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$4,85/US\$ e R\$5,03/US\$ no primeiro trimestre e encerrou o período cotada a R\$4,99/US\$, patamar superior à cotação de R\$4,84/US\$ verificada no encerramento do 4T23. A desvalorização do real decorreu, na visão do Banco RCI Brasil, da ausência de progresso na implementação da reforma tributária aprovada em 2023. Contribuiu também o aumento da incerteza com relação ao início do processo de distensão monetária nas economias avançadas, que limita o espaço para continuidade do ciclo de queda da Selic. Entretanto, surpresas positivas com os números de arrecadação de tributos derivadas da aprovação de medidas fiscais em 2023 e desempenho bastante robusto do

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

comércio exterior ajudaram a mitigar a pressão sobre a taxa de câmbio. Avaliamos que estes fatores permanecerão presentes por mais tempo e, portanto, projetamos que a taxa de câmbio flutuará ao redor do patamar de R\$5,00/US\$ ao longo de 2024.

Perspectivas positivas com o ritmo da atividade econômica no 1T24, derivada de resiliência no mercado de trabalho e de impulsos fiscais

Após encerrar o ano de 2023 com crescimento real de 2,9%, mas com desempenho estável no 4T23, esperávamos que o PIB brasileiro continuasse seguindo a trajetória de acomodação observada no segundo semestre de 2023. Entretanto, apoiados pela resiliência do mercado de trabalho e pelo pagamento de um montante significativo de precatórios por parte do governo federal (aproximadamente R\$ 93 bilhões), os dados de atividade econômica apresentaram resultado melhor do que inicialmente esperado pelos agentes de mercado, levando a revisões altistas na projeção para o crescimento do PIB em 2024. Ao final de 2023, a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicava crescimento do PIB brasileiro de 1,5% em 2024 – praticamente metade do ritmo de expansão observado no ano anterior. Ao final do 1T24, a mediana das projeções subiu para 1,9%. O Banco RCI Brasil também revisou sua projeção de 1,2% para 1,8% em 2024.

Desaceleração no processo de desinflação, principalmente nos serviços, suscitando dúvidas acerca da evolução do atual ciclo de cortes de juros ao longo de 2024.

Embora a variação interanual do IPCA tenha continuado em trajetória cadente no 1T24 – já havia recuado para 4,6% no 4T23 frente ao patamar de 5,2% observado ao final de setembro de 2023 – algumas medidas subjacentes de inflação apresentaram deterioração ao longo do período, principalmente as relacionadas aos serviços. Dessa maneira, a perspectiva de convergência da inflação para a meta de 3,0% ficou comprometida, resultando na manutenção das expectativas de inflação para 2024 e para os anos à frente em nível superior ao perseguido pelo Banco Central do Brasil. Como resultado, ainda que o processo de redução da taxa Selic não tenha sido interrompido – a taxa Selic recuou de 11,75% a.a. ao final de 2023 para 10,75% a.a. no encerramento do 1T24 – o Banco Central sinalizou que os próximos movimentos dependerão da melhora na dinâmica inflacionária, o que foi lido pelos agentes econômicos como uma indicação de que o nível terminal do atual ciclo de cortes pode ser superior aos 9,00% a.a. apontados pela mediana das estimativas. Como o Banco RCI Brasil avalia que a dinâmica inflacionária nos serviços deverá apresentar melhora ao longo dos próximos meses, a instituição permanece antevendo um ciclo mais alongado de cortes na Selic e, por isso, o banco projeta que a taxa Selic atingirá 9,00% a.a. ao final de 2024.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 31 de março de 2024, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes LTDA e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de maio de 2024.

O Conselho de Administração
A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

Banco RCI Brasil S.A.

Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) individuais referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela estão conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC PR-007945/F-7



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/03/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		6.695.039	7.043.734
Disponibilidades	4	42.998	8.541
Instrumentos Financeiros		6.653.363	7.036.126
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	54.024
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	2.159.482	2.318.174
Instrumentos Financeiros Derivativos		51.816	94.672
Operações de Crédito	8.b	4.112.473	4.254.655
Outros Ativos Financeiros	6	329.592	314.601
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	3.571	8.928
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(86.787)	(91.197)
Outros Ativos	10	48.070	48.424
Ativos Fiscais Correntes	9.a	33.824	32.912
Ativo não Circulante		4.457.390	4.402.122
Instrumentos Financeiros		4.142.477	4.061.738
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.634	3.081
Operações de Crédito	8.b	4.130.843	4.058.657
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	745	237
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(124.008)	(132.552)
Outros Ativos	10	112.580	123.955
Ativos Fiscais Diferidos	9.b	318.596	342.090
Imobilizado de Uso	11	4.813	4.252
Imobilizado de Uso		7.951	7.226
Depreciações Acumuladas		(3.138)	(2.974)
Intangível	12	2.187	2.402
Ativos Intangíveis		9.898	9.898
Amortizações Acumuladas		(7.711)	(7.496)
Total do Ativo		11.152.429	11.445.856

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/03/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		3.474.320	4.118.089
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.099.440	3.666.816
Depósitos	13.a	1.285.086	1.570.092
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.799.944	2.082.404
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	8.448	8.822
Outros Passivos Financeiros		5.962	5.498
Outros Passivos	14	331.704	413.869
Passivos Fiscais Correntes	9.c	43.176	37.404
Passivo não Circulante		6.344.497	6.054.206
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.269.361	5.974.395
Depósitos	13.a	1.516.632	1.341.543
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	4.706.789	4.567.840
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	45.940	65.012
Outros Passivos	14	52.272	50.267
Passivos Fiscais Diferidos	9.c	22.864	29.544
Patrimônio Líquido	16	1.333.612	1.273.561
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		388.160	341.388
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(39.773)	(53.052)
Total do Patrimônio Líquido		1.333.612	1.273.561
Total do Passivo		11.152.429	11.445.856

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Notas Explicativas	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Receitas da Intermediação Financeira		480.191	481.236
Operações de Crédito		364.739	321.316
Operações de Arrendamento Mercantil		30.882	48.913
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		70.337	62.703
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		5.972	38.792
Resultado das Aplicações Compulsórias		8.261	9.512
Despesas da Intermediação Financeira		(329.250)	(371.673)
Operações de Captação no Mercado		(263.985)	(280.904)
Operações de Arrendamento Mercantil		(30.829)	(47.661)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(34.436)	(43.108)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		150.941	109.563
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(66.683)	(39.752)
Receitas de Prestação de Serviços		3.248	3.400
Rendas de Tarifas Bancárias	18	18.514	16.240
Despesas de Pessoal		(12.058)	(11.859)
Outras Despesas Administrativas	19	(39.947)	(43.860)
Despesas Tributárias		(10.509)	(7.486)
Outras Receitas Operacionais	20	29.633	52.465
Outras Despesas Operacionais	21	(55.564)	(48.652)
Resultado Operacional		84.258	69.811
Resultado não Operacional	22	201	51
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		84.459	69.862
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.d	(36.633)	(29.314)
Provisão para Imposto de Renda		(22.646)	(25.941)
Provisão para Contribuição Social		(11.109)	(14.189)
Ativo Fiscal Diferido		(2.878)	10.816
Participação dos Empregados no Lucro		(1.054)	(1.095)
Lucro Líquido		46.772	39.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Lucro Líquido	46.772	39.453
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	13.279	(33.557)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(15)	15
Ajuste ao Valor de Mercado	(28)	28
Imposto	13	(13)
Hedges de fluxo de caixa	13.294	(33.572)
Ajuste ao Valor de Mercado	25.350	(64.016)
Imposto	(12.056)	30.444
Resultado Abrangente	60.051	5.896
Atribuível à Controladoria	60.051	5.896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	985.225	89.506	295.168	56.454	-	1.426.353
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(33.557)	-	(33.557)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	39.453	39.453
Destinações:						
Reserva Legal	-	1.973	-	-	(1.973)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	37.480	-	(37.480)	-
Saldos em 31 de março de 2023	985.225	91.479	332.648	22.897	-	1.432.249

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	985.225	97.807	243.581	(53.052)	-	1.273.561
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	13.279	-	13.279
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	46.772	46.772
Destinações:						
Reserva Legal	-	2.339	-	-	(2.339)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	44.433	-	(44.433)	-
Saldos em 31 de março de 2024	985.225	100.146	288.014	(39.773)	-	1.333.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		46.772	39.453
Ajustes ao Lucro Líquido		37.590	34.532
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	34.436	43.108
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	2.878	(10.816)
Depreciações e Amortizações		380	320
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	1.710	7.146
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(899)	(4.072)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(915)	(1.154)
Variações em Ativos e Passivos		131.507	737.454
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		186.828	44.606
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		27.455	348.088
Redução (aumento) em Outros Créditos		16.583	(7.391)
Aumento (redução) em Depósitos		(109.917)	391.690
Aumento (redução) em Outras Obrigações		22.337	(15.434)
Impostos Pagos		(11.779)	(24.105)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		215.869	811.439
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de uso		(725)	27
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(725)	(20)
Atividades de Financiamento			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		277.433	195.230
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(420.944)	(749.100)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(91.200)	(213.000)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		(234.711)	(766.870)
Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(19.567)	44.549
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	62.565	155.510
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	42.998	200.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023		
Receitas da Intermediação Financeira		480.191	481.235		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		21.762	19.641		
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(34.436)	(43.108)		
Outras Receitas (Despesas)		(25.731)	3.862		
Despesas da Intermediação Financeira		(294.814)	(328.565)		
Insumos de Terceiros		(39.325)	(43.300)		
Serviços de Terceiros		(18.260)	(14.096)		
Outros		(21.065)	(29.204)		
Valor Adicionado Bruto		107.647	89.765		
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(380)	(320)		
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		107.267	89.445		
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		11.393	11%	11.249	13%
Remuneração		8.476		8.022	
Benefícios		1.950		2.258	
FGTS		577		605	
Outras		390		364	
Impostos, Taxas e Contribuições		48.861	45%	38.505	43%
Federais		47.743		38.465	
Municipais		1.118		40	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		241	0%	238	0%
Remuneração de Capitais Próprios		46.772	44%	39.453	44%
Total		107.267	100%	89.445	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 1º andar - Conjunto 101 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco RCI Brasil. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco RCI Brasil está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2024, na reunião realizada em 13 de maio de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

I.1) Reestruturação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

l) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

m) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

p) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

q) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

t) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

u) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do período findo de 31 de março de 2024, no montante R\$46.772 (31/03/2023 - R\$39.453), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidade	42.998	8.541	25.059	28.426
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	54.024	175.000	127.084
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	54.024	175.000	127.084
Total	42.998	62.565	200.059	155.510

As informações relativas a 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/03/2024	31/12/2023		
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	2.159.608	(126)	2.159.482	2.318.174
Títulos Públicos	271.047	(126)	270.921	238.303
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	271.047	(126)	270.921	238.303
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.888.561	-	1.888.561	2.079.871
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	1.888.561	-	1.888.561	2.079.871
Total de Títulos e Valores Mobiliários	2.159.608	(126)	2.159.482	2.318.174
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	2.159.608	(126)	2.159.482	2.318.174

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

O Banco RCI Brasil S.A. investe em cotas do Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos), que tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios detidos exclusivamente pelas montadoras Renault do Brasil S.A. e Nissan do Brasil Automóveis Ltda., relativos a vendas de Veículos Novos pelas suas respectivas redes de concessionárias. As cotas do FIDC Venda de Veículos têm classificação única, não havendo classe de subordinação entre elas.

II) Abertura por Vencimento

	31/03/2024	31/12/2023	
	De 3 a 12 meses	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda	2.159.482	2.159.482	2.318.174
Títulos Públicos	270.921	270.921	238.303
LFT	270.921	270.921	238.303
Títulos Privados	1.888.561	1.888.561	2.079.871
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	1.888.561	1.888.561	2.079.871
Total	2.159.482	2.159.482	2.318.174

(1) Referem-se a Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/03/2024	31/12/2023
Ativo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	63.451	97.753
Total	63.451	97.753
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	(54.388)	(73.834)
Total	(54.388)	(73.834)

No período findo em 31 de março de 2024, foram reconhecidas receitas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$5.972 (31/12/2023 - R\$117.456).

II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre fevereiro de 2021 a março de 2024 e os vencimentos são entre fevereiro de 2024 e setembro de 2027.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado.

	31/03/2024			31/12/2023		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	5.050.070	5.889.059	5.971.106	4.962.950	5.796.265	5.879.189
Passivos Financeiros a Taxa Variável	5.050.070	5.889.059	5.971.106	4.962.950	5.796.265	5.879.189
Passivo	(5.050.070)	(5.804.282)	(5.962.043)	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)
Taxa de Juros Pré - Reais	(5.050.070)	(5.804.282)	(5.962.043)	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	84.777	9.063	-	124.983	23.919

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/03/2024

			Instrumentos de Hedge	Objetos de Hedge
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(5.050.070)	(5.804.282)	(5.962.043)	(6.188.776)

31/12/2023

			Instrumentos de Hedge	Objetos de Hedge
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)	(6.131.457)

Em 31 de março de 2024, além das operações de swaps utilizadas como hedge, o Banco RCI registrou R\$ 40.000 de Nocional em derivativos utilizado para trading cujo indexador é o CDI. A operação mencionada possui data de início em 24/01/2024 e vencimento para 23/12/2024. A posição líquida a valor de mercado é de R\$865.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$(75.714) (31/12/2023 - R\$101.064) brutos e R\$(39.707) (31/12/2023 - R\$53.051) líquido dos efeitos tributários.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

					Valor Referencial
					31/03/2024
					31/12/2023
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações de Hedge	328.000	1.564.970	3.157.100	5.050.070	4.962.950
Total	328.000	1.564.970	3.157.100	5.050.070	4.962.950

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Outros Ativos Financeiros

O montante de R\$329.592 (31/12/2023 R\$314.601) de outros ativos financeiros é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2024, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(464)	(5.296)	(10.620)
Total (1)		(464)	(5.296)	(10.620)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/03/2024	31/12/2023
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	399.654	520.502
Financiamentos - CDC Veículos	7.843.662	7.792.810
Operação de Arrendamento	4.316	9.165
Total	8.247.632	8.322.477

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	31/03/2024	31/12/2023
Vencidas	61.964	63.662
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.314.110	1.337.584
De 3 a 12 Meses	2.801.934	2.862.337
De 1 a 5 Anos	4.062.361	4.051.385
Acima de 5 Anos	7.263	7.509
Total	8.247.632	8.322.477

b) Carteira de Créditos

	31/03/2024	31/12/2023
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	399.654	520.502
Financiamentos - CDC Veículos	7.843.662	7.792.810
Total	8.243.316	8.313.312

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores
--------------------------	---------------------------------------	---	--------------------	--------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.				
Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito			31/03/2024	31/12/2023
Vencidas			61.315	62.841
A Vencer:				
Até 3 Meses			1.311.490	1.333.070
De 3 a 12 Meses			2.800.983	2.858.744
De 1 a 5 Anos			4.062.265	4.051.148
Acima de 5 Anos			7.263	7.509
Total			8.243.316	8.313.312

c) Carteira de Arrendamento

	31/03/2024	31/12/2023
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	4.496	9.604
Arrendamentos a Receber	1.461	3.088
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	3.035	6.516
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.164)	(2.677)
Valores Residuais a Balancear	(3.035)	(6.516)
Imobilizado de Arrendamento	97.627	127.843
Depreciações Acumuladas	(95.184)	(121.809)
Superveniências de Depreciações	76.608	104.217
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	55	147
Credores por Antecipação de Valor Residual	(75.217)	(101.774)
Outros Valores e Bens	130	130
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	4.316	9.165

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	31/03/2024	31/12/2023
Vencidas	649	821
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.620	4.514
De 3 a 12 Meses	951	3.593
De 1 a 5 Anos	96	237
Total	4.316	9.165

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/03/2024	31/12/2023
Indústria	104.056	101.418
Comércio	801.777	916.448
Instituições Financeiras	1.190	1.049
Serviços e Outros	686.502	657.104
Pessoas Físicas	6.652.354	6.643.558
Agricultura	1.753	2.900
Total	8.247.632	8.322.477

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

					31/03/2024	
% Provisão		Carteira de Créditos			Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Total
AA	-	256.191	-	256.191	-	-
A	0,5%	6.263.984	-	6.263.984	31.320	31.320
B	1%	1.001.479	142.847	1.144.326	11.443	11.443
C	3%	201.467	99.366	300.833	9.025	9.025
D	10%	35.397	43.663	79.060	7.906	7.906
E	30%	20.236	25.702	45.938	13.781	13.781

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas		Notas Explicativas	Declaração dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.						
F	50%	3.424	23.298	26.722	13.361	13.361
G	70%	2.218	19.845	22.063	15.444	15.444
H	100%	17.119	91.396	108.515	108.515	108.515
Total		7.801.515	446.117	8.247.632	210.795	210.795

31/12/2023						
% Provisão		Carteira de Créditos			Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Total
AA	-	324.736	-	324.736	-	-
A	0,5%	6.303.258	-	6.303.258	31.516	31.516
B	1%	812.694	139.263	951.957	9.520	9.520
C	3%	335.691	109.313	445.004	13.350	13.350
D	10%	37.471	45.612	83.083	8.308	8.308
E	30%	19.981	26.313	46.294	13.888	13.888
F	50%	2.413	25.318	27.731	13.866	13.866
G	70%	2.993	20.718	23.711	16.598	16.598
H	100%	17.225	99.478	116.703	116.703	116.703
Total		7.856.462	466.015	8.322.477	223.749	223.749

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	223.749	279.320
Constituição (Reversão)	34.436	169.363
Baixas	(47.390)	(224.934)
Saldo Final	210.795	223.749
Créditos Recuperados (1)	9.246	32.346

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 31 de março de 2024 o saldo das renegociações atingiu o montante de R\$246.563 (31/12/2023 R\$250.458).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 31 de março de 2024, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar no montante de R\$33.824 (31/12/2023 R\$32.912).

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em			Saldos em
	31/03/2024	31/12/2023	31/12/2023	Constituição	Realização	31/03/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	499.544	520.205	234.092	18.617	(27.916)	224.793
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.526	8.719	3.923	1.003	(1.091)	3.836
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	25.241	25.954	11.679	708	(1.028)	11.359
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	12.092	11.747	5.286	183	(28)	5.441
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	50	-	-	35	(12)	23

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas		Notas Explicativas	Declaração dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.						
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins		53	-	-	4	(1) 3
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS		79.757	107.254	48.264	50	(12.423) 35.891
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins		83.647	112.485	5.231	5	(1.346) 3.890
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal		7.156	7.849	3.532	474	(786) 3.220
Outras Provisões Temporárias		66.975	63.118	28.403	3.220	(1.483) 30.140
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias		783.041	857.330	340.411	24.299	(46.114) 318.596
Prejuízos Fiscais		-	8.393	1.679	-	(1.679) -
Total dos Ativos Fiscais Diferidos		783.041	865.723	342.090	24.299	(47.793) 318.596

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

31/03/2024

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2024	49.369	39.495	112	88.976
2025	45.483	36.386	2.720	84.589
2026	37.543	30.034	1.060	68.637
2027	29.004	23.203	-	52.207
2028	13.437	10.750	-	24.187
Total	174.836	139.868	3.892	318.596

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$272.681 (31/12/2023 - R\$289.671), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Passivos Fiscais

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/03/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Pagar	21.199	35.509
Passivos Fiscais Diferidos	22.864	31.439
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	21.977	-
Total	66.040	66.948

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores
--------------------------	---------------------------------------	---	--------------------	--------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 31/03/2024	31/12/2023	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/03/2024
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	7.443	10.796	4.858	86	(1.595)	3.349
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	7.806	11.323	526	9	(173)	363
Superveniência de Arrendamento Mercantil	76.608	104.217	26.055	-	(6.902)	19.152
Total	91.857	126.336	31.439	95	(8.670)	22.864

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

31/03/2024				
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2024	18.629	42	10	18.681
2025	1.876	1.041	254	3.171
2026	507	406	99	1.012
Total	21.012	1.489	363	22.864

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	84.459	69.862
Participações no Lucro	(1.054)	(1.095)
Resultado antes dos Impostos	83.405	68.767
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(37.532)	(30.945)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	867	1.625
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior e Efeitos da majoração da Alíquota de CSLL	32	2.248
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.633)	(29.314)
Impostos Correntes	(33.755)	(40.130)
Imposto de renda e contribuição social do período	(33.755)	(40.130)
Impostos Diferidos	(1.199)	10.816
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(1.199)	10.816
Constituição no período sobre:	(1.679)	-
Base negativa de Contribuição Social	(1.679)	-
Total dos impostos diferidos	(2.878)	10.816
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.633)	(29.314)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Outros Ativos

	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais	15.c	67.730	66.892
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	15.c	643	630
Para Interposição de Recursos Cíveis	15.c	8.702	8.461
Valores a Receber de Sociedades Ligadas		34.930	47.248
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas		44.723	43.080
Outros		3.922	6.068
Total		160.650	172.379

11. Imobilizado de Uso

	31/03/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.908	(1.035)	1.873	1.756
Sistemas de Segurança e Comunicações	254	(125)	129	105
Sistemas de Processamento de Dados	827	(827)	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.962	(1.151)	2.811	2.391
Total	7.951	(3.138)	4.813	4.252

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.898 (31/12/2023- R\$9.898) como custo de aquisição e R\$7.711 (31/12/2023 - R\$7.496) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos

a) Depósitos

	31/03/2024				31/12/2023	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	811.687	383.844	1.336.576	2.532.107	2.640.612
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	95.606	107.820	52.468	255.894	257.175
Outros Depósitos ⁽³⁾	13.717	-	-	-	13.717	13.848
Total	13.717	907.293	491.664	1.389.044	2.801.718	2.911.635

- (1) Inclui valor de R\$1.469.867 (31/12/2023 - R\$1.253.468) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 30 de novembro de 2020 até 25 de novembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2026.
- (2) Incluiu o valor de R\$93.366 (31/12/2023 - R\$90.588) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão até 2021, possuem prazo de vencimento até 2024 com possibilidade de antecipação.
- (3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/03/2024			31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	89.910	386.153	943.266	1.419.329	1.339.087
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	224.144	1.824.603	3.038.657	5.087.404	5.311.157
Total	314.054	2.210.756	3.981.923	6.506.733	6.650.244

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de abril de 2021 e 28 de março de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2027.
- (2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 18 de julho de 2019 a 16 de outubro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2027 sem possibilidade de antecipação e podem ser liquidadas somente após 24 meses decorridos.
- (3) Em 31 de março de 2024, inclui o valor de R\$202.656 (31/12/2023 - R\$198.574) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (4) Em 31 de março de 2024, inclui o valor de R\$4.422.887 (31/12/2023 - R\$4.514.800) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

Movimentação dos Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do período	6.650.244	5.624.569
Emissões	277.433	195.230
Amortizações	(228.997)	(562.564)
Juros	(191.947)	(186.565)
Saldo no final do período	6.506.733	5.070.700

14. Outros Passivos

	31/03/2024	31/12/2023
Sociais e Estatutárias⁽¹⁾	1.052	80.113
Diversas	382.924	384.023
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	45.900	46.460
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	250.355	236.101
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	576	105
Provisões com Despesas de Comissões	38.736	28.588
Provisões com Despesas Profit Share	13.427	31.741
Provisões com Campanhas de Publicidade	2.484	5.960
Outras	31.446	35.068
Total	383.976	464.136

(1) Saldo referente a deliberação de dividendos e JCP, corresponde a dezembro de 2023, conforme (nota 16b).

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	25.282	25.994
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	20.618	20.466
Ações Trabalhistas	12.092	11.747
Ações Cíveis	8.526	8.719
Total	45.900	46.460

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/03/2024			01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	25.994	11.747	8.719	164.576	10.394	6.821
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	(523)	345	1.888	(5.443)	1.462	14.203
Pagamentos ⁽³⁾	(189)	-	(2.081)	(133.140)	(109)	(12.305)

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores		
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>						
Saldo Final	25.282	12.092	8.526	25.994	11.747	8.719
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	67.730	643	8.702	66.892	630	8.461

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

(3) Em 2023 inclui os efeitos da decisão desfavorável do STF em relação à Majoração de Alíquota da CSLL.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$16.420 (31/12/2023 - R\$16.230): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$44.658 para ações cíveis, R\$1.116 para ações trabalhistas e R\$278.765 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2023 - R\$41.012, R\$1.671 e R\$272.443, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$133.736 (31/12/2023 - R\$131.519): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

31/12/2023

	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos Intercalares ⁽¹⁾	10.555	-	10.555
Dividendos Intermediários ⁽²⁾	107.556	-	107.556
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	91.200	(13.680)	77.520
Dividendos Intermediários ⁽⁴⁾	213.001	-	213.001
Total	422.312	(13.680)	408.632

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, a qual retificou a deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 29 de dezembro de 2023, cujo pagamento foi efetuado em fevereiro de 2024.

(4) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do período foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no período, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano foi fixado o valor máximo de R\$5.774 (2023 - R\$5.774). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	405	575
Total	405	575

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$97 (31/03/2023 - R\$222).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangerem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2024	31/12/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Disponibilidades	42.998	8.541	-	-
Banco Santander(2)	42.998	8.541	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	54.024	2.747	4.633
Banco Santander(2)	-	54.024	2.747	4.633
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	1.888.560	2.079.872	60.067	44.750
FIDC Venda de Veículos(6)	1.888.560	2.079.872	60.067	44.750
Operações de Crédito	2.109	3.124	5.732	11.008
Renault do Brasil S.A.(3)	167	636	983	3.493
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(3)	857	985	2.370	2.526
Nissan do Brasil S.A.(3)	1.085	1.503	2.379	4.989
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(7)	35.695	49.543	65.604	40.133
Renault do Brasil S.A.(3)	17.467	30.187	27.354	22.515
Nissan do Brasil S.A.(3)	18.228	19.332	38.046	16.941
FIDC Venda de Veículos(6)	-	-	-	552
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)	-	24	204	125
Depósitos Interfinanceiros	(2.352.051)	(2.139.542)	(58.990)	(77.904)

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>				
Banco Santander(2)		(2.352.051)	(2.139.542)	(58.990) (77.904)
Recursos de Aceites Cambiais		(194.873)	(163.367)	(4.678) (2.871)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(5)		(48.255)	(33.044)	(1.409) (1.584)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(5)		(140.611)	(125.612)	(3.125) (718)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)		(6.007)	(4.711)	(144) (569)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		(15.259)	(111.993)	(17.531) (16.424)
Banco Santander(2)		-	(30.923)	(2.160) (2.438)
RCI Banque(1)(2)		(458)	(46.597)	(235) (988)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(4)		(1.374)	(2.732)	(5.728) (4.243)
Nissan do Brasil S.A.(3)		(13.427)	(31.741)	(9.408) (8.755)
Outras Obrigações – Diversas		(62)	(55)	(583) (733)
Pessoal Chave da Administração		-	-	(405) (575)
Renault do Brasil S.A.(3)		(24)	(21)	(69) (60)
Nissan do Brasil S.A.(3)		(38)	(34)	(109) (92)
Santander Brasil Tecnologia S.A		-	-	- (6)
(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.				
(2) Controladores da Companhia (Nota 16.b).				
(3) Coligadas da controladora RCI Banque.				
(4) Subsidiária do controlador Banco Santander.				
(5) Controladas da controladora RCI Banque.				
(6) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas.				
(7) Valores registrado na rubrica Outros Ativos.				

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	17.177	14.652
Outras	1.337	1.588
Total	18.514	16.240

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Serviços do Sistema Financeiro	4.210	4.208
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	16.902	14.096
Propaganda e Publicidade	8.264	9.520
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	4.370	4.226
Convênio Operacional RCI Banque	235	988
Serviços de Processamento de Dados	2.773	7.512
Transportes e Viagens	852	896
Outras	2.341	2.414
Total	39.947	43.860

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

20. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Reversão de Provisões Operacionais	5.905	9.982
Atualização de Depósitos Judiciais	899	4.072
Atualização de Impostos a Compensar	915	1.154
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	6.324	4.846
Recuperação de Encargos e Despesas	15.493	17.004
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	-	15.338
Outras	97	69
Total	29.633	52.465

21. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	25.642	16.672
Provisões Operacionais		
Cíveis (Nota 15.c)	4.311	5.608
Fiscais (Nota 15.c)	1.565	1.942
Trabalhista (Nota 15.c)	407	508
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	22.205	18.192
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	429	1.162
Atualização Monetária Contingência Fiscal	-	3.333
Outras	1.005	1.235
Total	55.564	48.652

22. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Resultado com Bens não de Uso Próprio	237	216
Resultado de Capital	4	(11)
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(40)	(154)
Total	201	51

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

d) Evento subsequente: O Conselho de Administração do Banco RCI Brasil, em reunião realizada em 29 de abril de 2024, apresentou aos Conselheiros a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, do referendun das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas em até 60 dias, para distribuir a totalidade do lucro líquido remanescente de 31 de dezembro de 2023 como dividendos, no valor de R\$ R\$ 66.524.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao período findo em 31 de março de 2024, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Suplente do Presidente

Rosano Ouriques

Conselheiros Efetivos

Cezar Augusto Janikian

Emilio López Andrés

Frédéric Schneider

José Luis Medina Del Río

Rafael Victal Saliba (aguarda posse)¹

Conselheiros Suplentes

Carlos Alberto Janz Junior

Gustavo Bahia Gama Sechin

Mauricio Silveira Pinto

Murilo Azevedo Bruno

Ricardo Olivare de Magalhães

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

CONTADORA

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC N° 1SP – 256989/O-0

(1) A eleição do Sr. Rafael Victal Saliba aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que possa tomar posse de seu cargo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de março de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 13 de maio de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2024, sobre as Informações Trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 13 de maio de 2024.